



Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

DESPACHO

De: DER-NUPROJVIARIO

Para: SUPEL-CPLO

C/ C ao: DER - CPPOO

C/ C ao: DER - SEL

Processo Nº: 0009.235471/2021-90

Assunto: Parecer Técnico Análise Recursos

Senhora,

Considerando o Despacho SUPEL-CPLO (ID. 0021807678) solicitando desta gerência a análise e posterior emissão de parecer técnico que subsidiará o julgamento da CPLO/SUPEL-RO no que tange aos apontamentos contidos no recurso apresentado pelas empresas **MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI** (ID. 0021504026) e **ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA** (ID.0021540111) serem de ordem técnica; e as contrarrazões apresentada pela empresa **CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A** (ID. 0021776730), segue entendimento após análise dos autos.

ANÁLISE RECURSO MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI

Considerando a não comprovação de quantitativo mínimo para o item **Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local**, a justificativa da empresa para reconsideração da exigência não é plausível tendo em vista que o mínimo de quantitativo estipulado em edital deve ser atendido, independentemente da complexidade do objeto. A conclusão jurisprudencial também perfaz neste sentido:

“SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.”

Entendimento semelhante foi consolidado na Súmula 24 do TCE/SP:

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Em análise aos aspectos técnicos do item, ressalta-se que o método de execução do serviço difere-se de Bueiros Tubulares (como por exemplo os citados no recurso: BSTC, BDTC) para Bueiro Celulares (BTCC - do certame licitatório), tanto que as especificações de serviço desse são regidas pela NORMA DNIT 025/2004 - ES e as especificações de serviço daqueles, pela NORMA DNIT 023/2006 - ES. Tal diferença de método executiva já afasta a possibilidade de similaridade entre os itens requerida pelo licitante.

Destarte, em relação aos outros itens apontados como similares (BSCC, BDCC e BSCC), entende-se que a dimensão e a complexidade de se executar um Bueiro Simples ou um Bueiro Duplo, diverge da dimensão e complexidade de execução de um Bueiro Triplo, sendo aqueles, portanto, inferiores em qualificação técnico operacional.

Consolidando as justificativas técnicas apresentadas acima, em análise aos autos da documentação de habilitação da empresa, constatou-se a comprovação apenas de serviços de qualidade técnica operacional inferior, não sendo plausível, portanto, o pleito da mesma em relação ao item Corpo BTCC 3,00 x 3,00 m - moldado no local.

Passando adiante, em relação ao pleito de comprovação de **Dreno longitudinal profundo para corte em solo**, o somatório considerando os itens de dreno longitudinal não é igual ou superior com o requisitado no instrumento convocatório. Aqui vale ressaltar que não há que se considerar o item Dreno sub-horizontal - DSH 01, apresentada pela empresa, como similar ao Dreno longitudinal profundo, evidenciadas pela diferença de especificação de serviços para executar esse (NORMA DNIT 015/2006 - ES) ser divergente da especificação de serviços de execução do dreno sub-horizontal (NORMA DNIT 015/2006 - ES).

Falemos aqui novamente sobre o consolidado na Súmula 24 do TCE/SP, resguardando a administração pública da exigência de comprovação da qualificação operacional.

“SÚMULA Nº 24 - Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado.”

Não há o que se falar em formalismo extremo, haja vista toda a análise técnica estar pautada em normativos, jurisprudências ou documentos técnicos que corroboram com o entendimento exposto na análise. Assim como os itens especificados no instrumento convocatório como requisitos para qualificação técnica estão devidamente pautados e compatíveis com os serviços de maior relevância no projeto que compõe a Curva A do objeto. Ressalta-se ainda que visando ser o mais abrangente possível, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes, assim como posicionamento da jurisprudência através do STJ - MS nº 5631/DF, foram considerados apenas serviços considerados de maior relevância técnica e financeira, excluindo-se dos requisitos de qualificação itens considerados de importância técnica não substancial e que por ventura pudessem se tratar de preciosismo da administração.

Quanto ao item por ter apresentado **comprovação de registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** vencida, conforme autenticidade emitida por meio eletrônico, junto ao órgão responsável, descumprindo assim a exigência contida no item 15.3, alínea "a" do Edital, cabe à SUPEL-CPLO o julgamento deste item, visto não se tratar de documento de cunho técnico e se tratar de item de documentação de habilitação do processo.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa MADECON ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES EIRELI, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

Considerando o item **Compactação de Aterros a 100% do Proctor Intermediário**, o entendimento é de que a empresa não atende a essa exigência, não sendo plausível, portanto, seu pleito quanto a este item. Embora se trate de serviços semelhantes, normatizados em três níveis, a saber o Proctor Normal, Proctor Intermediário e Proctor Modificado, a soma dos quantitativos apresentados pela licitante para Compactação de Aterros a 100% não atinge o quantitativo mínimo previsto no certame licitatório.

No que tange ao item **corpo BTCC 3,00 x 3,00m – moldado no local**, quantidade de 33,00 m, ressalta-se que o instrumento de convocação, em seu item 15.3 - Da Qualificação Técnica, alínea "d" versa que o Atestado de Capacidade Técnica deve ser compatível com o objeto da licitação que é a Execução de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente-CBUQ. Em análise ao atestado de capacidade técnica emitido pelo DNIT referente ao contrato 1146/2014, observou-se que o objeto de tal contrato é referente a serviços de Manutenção (Conservação/Recuperação) Rodoviária, tratando-se portanto de objeto divergente do exigido no edital de licitação. Tecnicamente o serviço de construção de um BTCC apresenta uma qualificação técnico operacional superior à manutenção/conservação de um BTCC, divergindo nos quesitos de técnica, material, equipe e qualificação. Face ao exposto, considera-se como improcedente o pleito da licitante por não ter cumprido a exigência do edital de o objeto ser compatível.

Face ao recurso administrativo interposto pela empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES, TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, considerando a Ata SUPEL-CPLO (ID.0021330949), o entendimento desta análise técnica é pela improcedência do recurso interposto pela empresa.

Atenciosamente.

IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA

Assessora/ Eng^a Civil

RENAN DA SILVA GRAVATÁ

Gerente de Planejamento e Projetos - CPPOO/DER/RO

ELIZA ELIS HENZ

Coordenadora da CPPOO/DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **IANARA FELIX NERI DA SILVA, Assessor(a)**, em 10/11/2021, às 14:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **RENAN DA SILVA GRAVATA, Engenheiro(a)**, em 10/11/2021, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIZA ELIS HENZ, Coordenador(a)**, em 10/11/2021, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0021857584** e o código CRC **8BD3AC7B**.

